



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009596-20.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Lourdes Pinheiro dos Santos**  
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

LOURDES PINHEIRO DOS SANTOS, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Banco Santander (Brasil) S/A, alegando que no dia 03/06/2015 teria tido negado crédito para financiamento junto ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH devido a restrições que constavam em seu nome, vindo a constatar que por determinação do réu constavam em seu nome dívidas dos contratos nº YD0946005011364 no valor de R\$ 3.284,78, nº YD0946005011552 no valor de R\$ 3.202,04, nº YD0946005011645 no valor de R\$ 3.536,43, nº YD00946005012113 no valor de R\$ 5.917,90 e nº YD0946005012330 no valor de R\$11.619,92, os quais afirma não terem sido negociados porquanto não possua conta alguma com o banco réu, o que de imediato teria sido informa ao banco que se limitou a informar que a pendências realmente existia e que ela, autora, deveria estar fazendo a quitação do valor como condição para a baixa no SERASA, aduzindo que por conta dessa conduta suportou inúmeros problemas ante a impossibilidade de fazer compras a crédito e também de finalizar o contrato de compra e venda de um imóvel residencial, razões pelas quais requereu seja o réu condenado ao pagamento de indenização por danos morais no valor equivalente à 10 vezes o valor do imóvel que deixou de comprar ou, alternativamente, no valor correspondente a quatrocentos (400) salários mínimos, bem como seja declarada a inexistência do débito e da relação jurídica relativa ao contrato, com a condenação do réu a pagar as custas processuais e os honorários advocatícios de 30% sobre o valor da condenação.

O réu contestou o pedido sustentando que os contratos teriam sido efetivamente firmados e que a autora tinha conhecimento de que deveria cumpri-los, visto ter plena ciência quando de sua assinatura, ressaltando que em nenhum momento deu causa ao suposto prejuízo sofrido pela autora, até porque o contrato seria válido, preenchendo os requisitos exigidos pelo art. 104 do Código Civil, não se vislumbrando qualquer das hipóteses de invalidade dos negócios jurídicos prescritos nos artigos 138 à 184 do mesmo Código Civil, inexistindo dever de indenizar, de modo a concluir pela improcedência da ação, ou, alternativamente, pela fixação da indenização em valor módico.

A autora replicou reafirmando os pleitos da inicial.  
 É o relatório.

Decido.

A alegação do banco réu, de que o contrato em questão foi firmado de acordo com o Código Civil não tem, por si, valor probatório.

Caberia ao banco réu fazer o argumento acompanhar da respectiva prova, qual



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

seja, a via original do contrato com a assinatura da autora.

A referência ao contrato, entretanto, ficou limitada à ilustração pouco legível lançada no corpo da contestação, às fls. 30, na qual sequer consta assinatura da autora.

O contrato, portanto, não veio aos autos.

Ora, trata-se aqui de típica relação de consumo, na qual cumpre ao fornecedor demonstrar a validade do contrato, a propósito da clara regra do inciso VIII do art. 6º, do Código de Defesa do Consumidor.

Mas, ainda que assim não fosse, não seria de direito impor-se à autora o ônus de demonstrar que não firmou o contrato, pois, a propósito do brocardo *negativa non sunt probanda*, deve-se observar que “o fato negativo não se prova, salvo se dele resultar uma afirmação” (cf. MOACYR AMARAL SANTOS - *Prova Judiciária no Cível e Comercial*, Saraiva, 5ª ed., vol. I, págs. 192 e seguintes – in Ap. nº. 640.484-00/1 - 8ª Câmara do Segundo Tribunal de Alçada Civil – v. u. - WALTER ZENI, Relator<sup>1</sup>).

Assim é que, não tendo o réu apresentado documento efetivamente firmado pelo punho da autora, não há como se atender à tese de defesa, de que o contrato foi efetivamente firmado por ela e que é válida e legítima sua cobrança.

Dizer tenha havido “culpa exclusiva de terceiro” (sic.), que teria fraudado a contratação, é tese que também não pode ser admitida, atento a que à expressa determinação contida no art. 14 do Código de Defesa do Consumidor sobre haver aí uma *responsabilidade objetiva* do fornecedor, e, portanto, no caso, do réu.

Há para o banco réu um “dever de verificação do estabelecimento bancário” em relação à autenticidade dos documentos da pessoa que se apresenta para abertura de conta corrente, em consequência do que a “falta dessa atitude que caracteriza culpa, ainda que leve” do estabelecimento bancário (Apelação n. 914.684-3 - Oitava Câmara Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - MAURÍCIO FERREIRA LEITE Relator<sup>2</sup>; no mesmo sentido Apelação n. 1.007.998-4 - Nona Câmara Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - LUÍS CARLOS DE BARROS, Relator<sup>3</sup>).

Diga-se mais, atento ao disposto pelo art. 17 do mesmo Código de Defesa do Consumidor, haverá a autora de ser equiparada ao consumidor do serviço.

Em contrapartida, não haverá, em favor do banco réu, falar-se em *exercício regular de um direito* (sic.), pois em casos como o de *abertura de conta fantasma com o CPF da 'vítima-consumidor'*, hipótese equivalente ao caso aqui analisado, cumprirá ao fornecedor observar a *responsabilidade objetiva da relação de consumo (aqui totalmente involuntária)*, pois aplicável o art. 17 do CDC para transformar este terceiro em consumidor e responsabilizar o banco por todos os danos (materiais e extrapatrimoniais) por ele sofridos (cf. CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM<sup>4</sup>).

Também, afirmar que a autora faltou ao dever de guarda de seus documentos, quando prova alguma autoriza a afirmação de que o terceiro que se utilizou dos dados pessoais do autor efetivamente *tinha em sua posse* os documentos perdidos por aquele, parece-nos não autorizado.

O ilícito contratual, portanto, é inegável, cumprindo declarar-se inexistente a relação jurídica do contrato e indevido o apontamento do nome da autora em cadastros de inadimplentes.

A declaração da inexistência da dívida, bem como a obrigação do banco réu em

<sup>1</sup> LEX - JTACSP - Volume 185 - Página 431.

<sup>2</sup> LEX - JTACSP - Volume 185 - Página 236.

<sup>3</sup> LEX - JTACSP - Volume 190 - Página 94.

<sup>4</sup> CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM, *ob. cit.*, p. 251.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

indenizar a autora pelo prejuízo moral, é inegável.

Destaque-se, sobre o dano moral, que o apontamento do nome do consumidor em cadastro de inadimplente implica em manifesta restrição do acesso ao crédito junto ao mercado comercial e financeiro, crédito que, *“em sentido amplo, representa um cartão que estampa nossa personalidade, e em razão de cujo conteúdo seremos bem ou mal recebidos pelas pessoas que conosco se relacionam na diuturnidade da vida privada”* (cf. YUSSEF SAID CAHALI)<sup>5</sup>, consistindo o só abalo deste crédito num efetivo prejuízo moral, acerca do qual não haverá falar-se em necessidade de produção de prova cabal dos prejuízos morais, *“eis que a indenização dos danos morais identifica-se apenas com padecimentos intelectuais ou subjetivos próprios das pessoas vitimadas por condutas ilícitas - Pedido juridicamente possível - Preliminar rejeitada”* (Apelação n. 1.022.297-8 - Décima Primeira Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - VASCONCELLOS BOSELLI, Relator)<sup>6</sup>.

Caiba-nos considerar, ainda na liquidação do dano, tratar-se de hipótese em que a condenação, embora firmada em responsabilidade objetiva, apresenta, também, alto grau de culpa subjetiva, pois o réu, ao firmar o contrato, não guardou maiores precauções quanto à conferência da autenticidade dos documentos da pessoa que tomava os empréstimos, até porque, nos dias de hoje, *é bastante comum fraude dessa espécie*.

Diante dessas circunstâncias, temos que a fixação da indenização em valor equivalente a dez (10) salários mínimos se nos afigura suficiente a reparar o dano moral.

O pleito de que a indenização seja liquidada em quatrocentos (400) salários mínimos ou no décuplo do valor do imóvel que a autora não pode adquirir é, com o devido respeito, exagerado para as circunstâncias.

Tomando-se por base o disposto na Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, para fins de liquidação do dano, fica eleito o salário mínimo vigente na data desta sentença (*salário mínimo de R\$ 788,00 - cf. Decreto nº 8.381, de 2014*), de modo que a condenação totaliza o valor de R\$ 7.880,00 e deve ser acrescido de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença.

O réu sucumbe, devendo, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Acolhida no mérito a demanda, cumpre mantida a medida de antecipação da tutela, sem que possa essa determinação ser alcançada por efeito suspensivo de eventual recurso de apelação.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que DECLARO INEXISTENTE a dívida em nome da autora LOURDES PINHEIRO DOS SANTOS, tendo como credor o réu Banco Santander (Brasil) S/A, oriunda dos contratos nº YD0946005011364 no valor de R\$ 3.284,78, nº YD0946005011552 no valor de R\$ 3.202,04, nº YD0946005011645 no valor de R\$ 3.536,43, nº YD00946005012113 no valor de R\$ 5.917,90 e nº YD0946005012330 no valor de R\$11.619,92, e, como consectário, determino a exclusão definitiva dos apontamentos e anotações de inadimplência desses negócios junto ao SCPC e SERASA; CONDENO o réu Banco Santander (Brasil) S/A a pagar à autora LOURDES PINHEIRO DOS SANTOS indenização por dano moral no valor de R\$ 7.880,00 (*sete mil oitocentos e oitenta reais*), acrescido de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença; e CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Observe-se a manutenção da exclusão do nome da autora dos cadastros de

<sup>5</sup> YUSSEF SAID CAHALI, *Dano Moral*, RT, SP, 1998, n. 9.2, p. 358.

<sup>6</sup> LEX - JTACSP - Volume 194 - Página 116



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

inadimplentes em relação à dívida ora declarada inexistente, por força da manutenção de medida de antecipação da tutela.

P. R. I.

São Carlos, 02 de dezembro de 2015.

**VILSON PALARO JÚNIOR**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**